

Plano Nacional De Educação (PNE) E Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Implicações Para A Gestão Escolar

Evânia Moreira De Almeida Melo

Universidade Estadual Do Ceará- UECE

Antônia Solange Pinheiro Xerez

Universidade Estadual Do Ceará, Centro De Educação-CED

Saulo Barreto Lima Fernandes

UEMA

Ronaldo Dos Santos Barbosa

Universidade Estadual Da Região Tocantina Do Maranhão

Carlos Henrique Alexandre Parente

UNINASSAU

Andressa Carine Kretschmer

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Rone Rosa Martins

Universidade Federal De Goiás

Manuel Bandeira Dos Santos Neto

Universidade Estadual Do Ceará - UECE

Vilma Suely Duarte De Moraes

UNIFAP

Geilson De Arruda Reis

Universidade Do Vale Do Taquari - Univates

Nelma Lima E Silva Campos

Universidade Da Amazônia - Unama

Luzia Serra Brehm

UFRGS

Resumo:

A pesquisa analisou as implicações do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a gestão escolar no Brasil, utilizando uma abordagem de revisão integrativa para sintetizar e compreender as informações disponíveis. A BNCC, como marco regulatório educacional, estabelece competências e habilidades essenciais para todos os estudantes brasileiros, buscando promover uma formação integral alinhada às demandas contemporâneas e à equidade educacional. Por outro lado, o PNE delineia metas e diretrizes para orientar políticas públicas educacionais por um período decenal, visando melhorar a qualidade do ensino e valorizar os profissionais da educação. Os resultados da revisão destacam que a implementação da BNCC na gestão escolar envolve desafios significativos, como a necessidade de alinhar o currículo escolar com suas diretrizes, promover a formação contínua dos professores e engajar efetivamente

toda a comunidade educacional. Além disso, é crucial adaptar as práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada contexto escolar, garantindo que as diretrizes da BNCC sejam implementadas de maneira eficaz e inclusiva. As análises dos artigos revisados revelaram também um debate sobre a influência do neoliberalismo na educação, com argumentos de que as políticas educacionais têm refletido diretrizes adaptadas ao contexto ideológico do capitalismo. Isso pode resultar em práticas administrativas que priorizam a eficiência econômica e a flexibilidade estrutural em detrimento da participação democrática e da qualidade educacional. Portanto, a pesquisa oferece uma visão crítica sobre os desafios e contradições enfrentados pela gestão escolar na implementação do PNE e da BNCC. Ela destaca a importância de uma gestão democrática que não apenas siga normativas, mas que também promova uma educação inclusiva e de qualidade, adaptada às realidades locais e comprometida com a formação integral dos estudantes brasileiros.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação (PNE); Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Gestão escolar.

Date of Submission: 26-08-2024

Date of Acceptance: 06-09-2024

I. Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são marcos regulatórios essenciais para a educação no Brasil, cada um com papéis distintos e complementares. O PNE, estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, é um conjunto de diretrizes e metas para a educação que orienta políticas públicas por um período decenal, buscando melhorar a qualidade do ensino, a equidade e a valorização dos profissionais da educação. Por outro lado, a BNCC, instituída pela Lei nº 13.415/2017, define os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, garantindo a unidade e a diversidade do currículo escolar em todo o país (Lima, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um avanço significativo ao estabelecer as competências e habilidades que os alunos devem adquirir em cada etapa da educação básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Ela define um conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas por todas as escolas, públicas e privadas, proporcionando uma direção clara e uniforme para a educação no Brasil. A BNCC visa não apenas garantir uma formação integral dos estudantes, alinhada às demandas contemporâneas e às necessidades socioemocionais, mas também promover a equidade educacional ao assegurar que todos tenham acesso aos mesmos conhecimentos fundamentais, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica (Dourado, 2020).

No contexto da gestão escolar, a implementação da BNCC implica desafios e oportunidades. Gestores educacionais precisam assegurar que o currículo escolar esteja alinhado com os objetivos e competências estabelecidos na BNCC, o que demanda revisões curriculares e planejamento pedagógico detalhado. Além disso, é crucial que os gestores garantam a formação contínua dos professores para que estes possam compreender e aplicar adequadamente as diretrizes da BNCC em suas práticas educativas. A gestão escolar também deve promover um ambiente de colaboração entre todos os membros da comunidade educacional, incluindo pais e estudantes, para que haja um engajamento efetivo na implementação da BNCC e no alcance dos objetivos educacionais propostos (Pena; Castilho; Borges, 2021).

Adicionalmente, a BNCC desafia os gestores escolares a adotarem uma abordagem flexível e adaptável às necessidades específicas de cada escola e de seus alunos. Isso requer não apenas um diagnóstico preciso das demandas educacionais locais, mas também a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que estimulem o desenvolvimento das competências previstas na Base (Pantoja; Damasceno, 2022).

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar as implicações do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a gestão escolar. A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância de compreender como essas diretrizes nacionais influenciam a prática cotidiana das escolas e impactam a qualidade da educação oferecida. A integração entre o PNE e a BNCC tem o potencial de orientar e transformar a gestão escolar, promovendo uma maior coesão entre os objetivos educacionais e as práticas pedagógicas.

Além disso, a investigação das implicações dessas políticas é crucial para identificar desafios e oportunidades que surgem na implementação dessas diretrizes, permitindo a criação de estratégias eficazes para superar obstáculos e melhorar a gestão escolar. A pesquisa visa contribuir para um entendimento mais aprofundado das relações entre políticas educacionais e práticas gerenciais, oferecendo subsídios para gestores escolares, formuladores de políticas e educadores, no sentido de aprimorar a gestão e promover uma educação de qualidade para todos os alunos.

II. Materiais E Métodos

Para realizar esta pesquisa sobre as implicações do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a gestão escolar, foi adotada uma metodologia de revisão integrativa.

Essa abordagem permite integrar e sintetizar informações provenientes de diferentes estudos, proporcionando uma compreensão mais aprofundada acerca de determinado tema.

Neste estudo, foi realizado, inicialmente, um levantamento de dados em fontes acadêmicas, com foco principal em artigos disponíveis no Google Acadêmico e na SciELO. Para garantir a relevância e qualidade dos estudos selecionados, foram estabelecidos critérios de inclusão específicos: os artigos deveriam ser científicos, escritos em português, completos e gratuitos, além de abordar diretamente o tema do PNE e da BNCC. A pesquisa também se restringiu a artigos publicados entre os anos de 2020 e 2023, visando incorporar as informações mais recentes disponíveis sobre o assunto.

A análise dos dados foi conduzida de maneira qualitativa. Os artigos selecionados foram revisados e categorizados com base nos principais temas e questões relacionadas às implicações do PNE e da BNCC para a gestão escolar. Isso incluiu identificar tendências, desafios enfrentados pelos gestores educacionais, estratégias de implementação bem-sucedidas e impactos observados nas práticas pedagógicas e administrativas das escolas. Ao final, obteve-se uma amostra composta por 3 artigos científicos.

III. Resultados E Discussões

Como resultado, da revisão integrativa, foi possível obter uma amostra composta por 3 artigos científicos, conforme evidencia o quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados na revisão integrativa

Autores	Objetivo	Metodologia	Conclusão
Viana e Schmitt (2023)	Compreender o papel da gestão escolar na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Pesquisa documental e bibliográfica	O artigo aborda as implicações do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a gestão escolar, destacando a necessidade de contextualização dos conteúdos ensinados às vivências dos alunos. Enfatiza a importância da prática democrática na gestão escolar, conforme orientações do Guia para Gestores Escolares do Ministério da Educação. Contudo, ressalta que seguir o guia não garante uma prática democrática efetiva, sendo crucial a construção contínua do Projeto Político Pedagógico com descentralização das decisões e avaliação coletiva das ações. O texto conclui enfatizando a importância de um currículo escolar crítico e adaptado aos contextos culturais e históricos dos alunos, promovendo uma reflexão sobre a articulação entre a BNCC e a gestão democrática para o desenvolvimento educacional inclusivo e equitativo no Brasil.
Carvalho (2020)	Destacar a gestão escolar e o trabalho desenvolvido no contexto da educação básica pelo gestor escolar, evidenciando as principais determinações da BNCC para a educação brasileira	Pesquisa bibliográfica	O texto discute as implicações do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a gestão escolar. A BNCC estabelece diretrizes claras para os conteúdos educacionais, exigindo que os gestores escolares liderem a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) alinhado às suas diretrizes. Além disso, a implementação da BNCC fortalece a gestão democrática nas escolas, promovendo eleições democráticas de gestores e envolvendo a comunidade escolar nas decisões educacionais. No entanto, a efetividade da BNCC depende do comprometimento dos gestores em sensibilizar e capacitar a comunidade escolar para implementar suas diretrizes pedagógicas, garantindo coerência entre ideias e práticas educacionais.
Martins, Ribeiro e Silva (2024)	Analisar a concepção de democracia materializada no PNE 2014-2024, que orienta a efetivação da gestão escolar, com discurso de qualidade no processo ensino-aprendizagem, como instrumento norteador da formação dos educandos e educandas da educação básica no Brasil.	Pesquisa bibliográfica e documental	O estudo analisa os impactos do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na gestão escolar, destacando a transição das políticas públicas educacionais sob influência do Estado neoliberal. A concepção de gestão democrática escolar refletida nesses documentos segue diretrizes adaptadas ao contexto ideológico do capital, influenciando práticas pedagógicas e decisões educacionais. Observa-se um retrocesso nas conquistas democráticas históricas desde 1988, com a gestão escolar sendo afetada por ideologias conservadoras que promovem gerenciamento, terceirização e flexibilidade em detrimento da participação democrática e dos direitos sociais na educação.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O artigo de Viana e Schmitt (2023) discute as implicações do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na gestão escolar, destacando a necessidade de adaptar os conteúdos

educacionais às realidades vivenciadas pelos alunos. A ênfase recai sobre a importância da prática democrática na gestão escolar, conforme diretrizes do Guia para Gestores Escolares do Ministério da Educação. No entanto, os autores alertam que simplesmente seguir o guia não garante uma implementação efetiva da gestão democrática, sendo essencial a contínua construção do Projeto Político Pedagógico com descentralização das decisões e avaliação coletiva das práticas adotadas.

O texto enfatiza a relevância de um currículo escolar crítico, capaz de se adaptar aos contextos culturais e históricos dos estudantes. Isso promove uma reflexão profunda sobre como a BNCC pode ser articulada à gestão democrática para promover um desenvolvimento educacional inclusivo e equitativo no Brasil. A análise proposta pelos autores destaca a necessidade de ir além da mera conformidade com diretrizes normativas, buscando efetivamente transformar a realidade educacional através de práticas que valorizem a participação, a diversidade e a pluralidade cultural nas escolas.

O artigo de Carvalhêdo (2020) explora as implicações do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na gestão escolar, focando especialmente na BNCC como um documento que estabelece diretrizes claras para os conteúdos educacionais no Brasil. A BNCC exige que os gestores escolares desempenhem um papel crucial na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP), alinhando-o às diretrizes estabelecidas pela BNCC.

Um ponto destacado é o fortalecimento da gestão democrática nas escolas através da BNCC. Isso ocorre por meio da promoção de eleições democráticas para gestores escolares e do envolvimento efetivo da comunidade escolar nas decisões educacionais. No entanto, Carvalhêdo ressalta que a efetividade da BNCC depende não apenas da sua implementação formal, mas também do comprometimento dos gestores em sensibilizar e capacitar toda a comunidade escolar. É essencial garantir uma coerência entre as diretrizes pedagógicas propostas pela BNCC e as práticas educacionais efetivamente adotadas nas escolas.

A análise de Carvalhêdo sugere que a BNCC não deve ser vista apenas como um conjunto de normativas educacionais, mas como uma oportunidade para fortalecer a participação democrática, a qualidade do ensino e a inclusão educacional no contexto brasileiro. Ele argumenta que a liderança dos gestores escolares é crucial para garantir que as diretrizes da BNCC sejam implementadas de maneira eficaz e que contribuam efetivamente para o desenvolvimento educacional equitativo e de qualidade no país.

O estudo de Martins, Ribeiro e Silva (2024) oferece uma análise crítica sobre os impactos do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na gestão escolar, especialmente sob a influência do Estado neoliberal. A pesquisa examina como as políticas públicas educacionais têm evoluído desde sua implementação, observando uma transição que reflete as diretrizes adaptadas ao contexto ideológico do capitalismo. Um dos pontos centrais do estudo é a discussão sobre a concepção de gestão democrática escolar conforme delineada pelo PNE e pela BNCC.

Os autores argumentam que, embora esses documentos promovam a ideia de gestão participativa e democrática, na prática, essas diretrizes têm sido influenciadas por ideologias conservadoras. Isso resulta em práticas pedagógicas e decisões educacionais que priorizam o gerenciamento eficiente, a terceirização de serviços e a flexibilização das estruturas escolares, muitas vezes em detrimento da participação democrática efetiva. O

O estudo também aponta para um retrocesso nas conquistas democráticas alcançadas desde a Constituição de 1988, que estabeleceu bases significativas para a educação inclusiva e participativa no Brasil. Os autores destacam como as políticas neoliberais têm moldado a gestão escolar atual, promovendo um ambiente onde a eficiência econômica e a administração flexível são priorizadas em detrimento da qualidade educacional e da participação da comunidade escolar nas decisões importantes.

Além disso, Martins, Ribeiro e Silva (2024) sugerem que a implementação da BNCC e suas implicações na gestão escolar refletem não apenas mudanças estruturais, mas também uma mudança ideológica significativa na forma como a educação é concebida e administrada no contexto neoliberal. Essa análise crítica oferece insights importantes para entender como as políticas educacionais são moldadas por ideologias dominantes e como essas influências impactam diretamente a experiência educacional dos alunos e o trabalho dos educadores.

Assim, o estudo de Martins, Ribeiro e Silva (2024) contribui para o debate sobre a educação no Brasil, destacando os desafios e as contradições entre a promessa de uma gestão democrática escolar e as práticas educacionais influenciadas pelo neoliberalismo, que têm consequências profundas para o futuro da educação no país.

IV. Conclusão

A análise das implicações do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a gestão escolar revela um panorama complexo e multifacetado, refletindo tanto os avanços quanto os desafios na busca por uma educação de qualidade no Brasil.

O estudo evidenciou que o PNE e a BNCC desempenham papéis cruciais na orientação e transformação da gestão escolar. O PNE, com suas diretrizes e metas de longo prazo, oferece uma estrutura normativa que visa melhorar a qualidade e a equidade da educação. Em paralelo, a BNCC define um currículo nacional que busca uniformizar e garantir a formação integral dos estudantes, promovendo a inclusão e a diversidade.

Os artigos revisados apontam para a importância de adaptar a prática pedagógica e a gestão escolar às diretrizes da BNCC, destacando a necessidade de uma gestão democrática e participativa. A BNCC impõe um alinhamento rigoroso do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, exigindo um planejamento detalhado e uma formação contínua dos professores. A implementação eficaz da BNCC pode fortalecer a gestão democrática, ao envolver a comunidade escolar nas decisões e assegurar uma educação que reflita as realidades locais dos alunos.

No entanto, a pesquisa também aponta desafios significativos, particularmente relacionados à influência de ideologias neoliberais na gestão escolar. O estudo de Martins, Ribeiro e Silva (2024) sugere que, apesar das intenções de promover uma gestão democrática, há uma tendência para priorizar a eficiência econômica e a flexibilização administrativa em detrimento da participação e dos direitos educacionais. Esse contexto ideológico pode comprometer a efetividade das diretrizes da BNCC e a qualidade da educação, refletindo uma tensão entre as metas estabelecidas pelo PNE e as práticas educacionais realistas.

Em suma, para que o PNE e a BNCC cumpram seu potencial de transformar a gestão escolar e melhorar a educação, é essencial que os gestores educacionais adotem uma abordagem que equilibre a aderência às diretrizes nacionais com a adaptação às necessidades locais e o engajamento da comunidade escolar. A pesquisa oferece subsídios valiosos para gestores, formuladores de políticas e educadores, sugerindo que a implementação eficaz dessas políticas requer não apenas conformidade normativa, mas também uma reflexão crítica sobre as influências ideológicas e práticas que moldam a educação no Brasil.

Referências

- [1] Carvalhêdo, J. L. P. Gestão Da Escola Básica Pública E Bncc: Quais As Implicações?. Revista Exitus, Santarém/Pa, Vol. 10, P. 01-12, E020002, 2020.
- [2] Dourado, L F. Pne, Políticas E Gestão Da Educação: Novas Formas De Organização E Privatização. Anpae, 2020.
- [3] Martins, E.; Ribeiro, M. E. Da S.; Da Silva, V. C. Gestão Escolar “Democrática” Na Educação Básica A Partir Do Pne 2014-2024. Observatório De La Economía Latinoamericana, [S. L.], V. 22, N. 1, P. 4023–4041, 2024.
- [4] Lima, P. G. O Planejamento Da Educação Brasileira (Pne 2001-2024). Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação, Araraquara, V. 15, N. Esp.1, P. 704–718, 2020.
- [5] Pantoja, S.; Damasceno, A. A Gestão Democrática Nos Marcos Legais: Da Constituição Federal De 1988 Ao Pne 2014-2024. Revista Histedbr On-Line, Campinas, Sp, V. 22, N. 00, P. E022007, 2022.
- [6] Pena, N.; Castilho, A. E. C. A.; Borges, P. A. S. A Gestão Democrática Escolar No Contexto Da Nova Gestão Pública (Ngp): Um Enfoque No Pne (2014-2024). Revista On Line De Política E Gestão Educacional, Araraquara, V. 25, N. 1, P. 223–239, 2021.
- [7] Viana, A. F.; Schmitt, L. A. Desafios E Perspectivas Da Gestão Escolar Democrática Com A Implementação Da Bncc. Educação Por Escrito, [S. L.], V. 14, N. 1, P. E44986, 2023.